

TERRA DE NINGUÉM? ESTADO, QUESTÕES AGRÁRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NAS AMAZÔNIAS BRASILEIRA E PERUANA: DO EXTRATIVISMO AO NEOEXTRATIVISMO PASSANDO PELOS REGIMES MILITARES (1850-2009)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro¹

RESUMO

Neste trabalho, depois de avaliarmos ciclos da borracha, que marcaram a inserção das Amazôniaas na cena econômica internacional, buscaremos cotejar a ação das burocracias estatais brasileira e peruana face às respectivas regiões amazônicas, bem como a ação dos movimentos sociais que nelas atuaram desde a ascensão dos respectivos regimes militares em ambos países nos anos 1960 até a consolidação do neoliberalismo durante o século XXI. Avaliaremos também a noção de Amazônia, como um “vazio demográfico”, presente em muitos projetos elaborados nos dois países ao longo de sua história.

Palavras-chave: Estado. Amazônia. Questões agrárias. Movimentos camponeses.

RESUMEN

En este trabajo, tras evaluar los ciclos caucheros, que han caracterizado el ingreso de las dos amazonías en el escena económica internacional, se pretende comparar la actuación de las burocracias estatales brasileña y peruana en cuanto a sus políticas para la Amazonia, así como el accionar de los movimientos sociales presentes en la región, desde el ascenso de los respectivos regímenes militares, en la década de 1960, hasta la consolidación del neoliberalismo, en el siglo XXI. Se evaluará también la percepción de la Amazonia como una tierra deshabitada, presente en muchos proyectos elaborados en ambos países en diversos momentos de su historia.

Palabras-clave: Estado. Amazonia. Cuestión Agraria. Movimientos Campesinos.

Submetido em: 28.01.2020

Aprovado em: 17.04.2020

INTRODUÇÃO

Em 17 de abril de 1996 centenas de militantes do movimento dos sem-terra ocupavam a rodovia PA-150, exigindo alimentos para que pudessem completar a caminhada para chegar ao Incra de Marabá, onde exigiriam a expropriação da fazenda macaxeira localizada em Eldorado dos Carajás. O governador Almir Gabriel deu a ordem de ataque e a PM executou 21 camponeses, havendo relatos de mulheres e crianças desaparecidas, bem como de presença de jagunços entre os policiais. A repercussão internacional do conflito acabou trazendo

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense; professor de História da América da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: vvazelesk@gmail.com

consequências importantes, a fazenda foi ocupada três dias depois e se converteria no assentamento 17 de abril e, no plano nacional, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso teve de mudar alguns aspectos de sua política agrária, já que as primeiras atitudes indicariam o objetivo de desconhecer o tema (ASSIS, 2007, p. 235; DE'CARLI, 2014, p. 324).

Em 5 de junho de 2009, milhares de indígenas das etnias Aguaruna e Wampisa permaneciam ocupando a Curva del Diablo e outros pontos estratégicos da cidade de Bagua na região peruana de Amazonas. O processo já durava dois meses e a ministra do interior Mercedes Cavanilla, decidiu expulsá-los pela força, quando já se preparavam para deixar as áreas. O resultado aqui foi distinto do paraense: os mobilizados haviam feito diversos policiais reféns, o número de camponeses mortos varia entre 10 (número oficial) e centenas de acordo com lideranças da Asociación Interétnica para Desarrollo de la selva peruana (Aidese), havendo também 24 policiais mortos. Imediatamente o Decreto 1073, que facilitava a venda de terras comunais (bastaria o voto da maioria dos assistentes em uma assembleia) e 1064, determinando que as terras concedidas para projetos empresariais fossem consideradas áreas da empresa não cabendo às populações locais qualquer discussão em relação aos prejuízos ambientais causados, seriam revogados.

Mas por que começar este texto falando de dois massacres? O presidente Fernando Henrique, pouco após o episódio de Eldorado dos Carajás, declarou que Polícia Militar e sem-terra eram partes de um Brasil arcaico. Hugo Blanco, que liderou movimentos camponeses nos anos 1960, observou criticamente afirmação de Hilde Simón, primeiro-ministro do governo Alán Garcia, que aprovara o massacre de Bagua, mesmo tendo participado da luta armada no movimento revolucionário Tupac Amaru e passado anos preso por causa dela (RIBEIRO, 2016, p. 34).

O que perpassa estas afirmações é a noção de que a Amazônia é um lugar distinto de nós, pronto a ser conquistado, seja qual for o preço a pagar por isso. É a naturalização da violência de Estado, num lugar onde tudo seria válido, posto que falamos de uma zona de conquista. Embora o foco principal de nossa análise seja o período compreendido entre a década de 1960 e os nossos dias, entendemos que é importante refletirmos sobre como as Amazônias entraram no cenário econômico internacional. Antes de abordarmos o impacto dos respectivos regimes militares sobre as Amazônias, observemos a irrupção de um produto que marcou a entrada desta região no mercado mundial: a borracha.

1 DOS BARÕES DA SERINGA À ASCENSÃO DOS REGIMES MILITARES: ASCENSÃO E QUEDA DO LÁTEX (1850-1962)

Ao observarmos o período colonial, percebemos que a Amazônia parece ter sido mais valorizada pela coroa portuguesa do que pela espanhola. Os fortes lusos foram esparramados por vários pontos do que hoje conhecemos como Pará e Amazonas, desde o século XVII e esta presença intensificou-se ainda mais depois da expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal a partir de 1759 (ASSIS, 2007, p. 16). Já no caso da coroa espanhola, pelo menos no que tange a regiões que hoje pertencem ao Peru e Bolívia a presença estatal foi mui débil. Ali o que marcava a posse espanhola não eram fortes posicionados em pontos estratégicos, mas as missões católicas, especialmente franciscanas, perdendo ímpeto desde a rebelião de Juan Santos Atauvalpa entre 1742 e 1756 (JORDÁN, 2001, p. 54; ALTAMIRANO, 2017, p. 43).

É possível supor que o interesse luso-brasílico sobre a região, pelo menos em suas partes que poderiam ser mais facilmente conectadas com o Atlântico, deva-se ao fato de ter-se perdido em meados do século XVII importantes pontos de comércio na Ásia, podendo ser substituídos pelas drogas do sertão, como se dizia na época (ASSIS, 2007, p. 19). Já os espanhóis podiam explorar metais preciosos na serra e, ainda que com dificuldades, fazer de Lima seu porto de escoamento para o Panamá e depois Europa, deixando a selva em segundo plano (JORDÁN, 2001, p. 65).

Nos primeiros anos de vida independente do Peru, marcados por intensa instabilidade política, esta situação não mudou, continuando a ser a “Amazônia” a “tierra ignota”, como então se dizia. No caso brasileiro, a partir de 1820 o látex começou a ser exportado, especialmente para a Inglaterra, onde Thomas Hancock começava a produzir a borracha em escala industrial. O comércio ampliou-se após Charles Goodyear inventar, nos EUA, o processo de vulcanização, tornando a borracha impermeável às mudanças de clima (HENNING, 2009, p. 357). Inicialmente a extração fazia-se próximo a Belém do Pará, depois avançou para rios como o Xingu e mais tarde (década de 1860-1870) para o Madeira e o Purus, chegando à Bolívia. Embora a extração tivesse começado no Pará, logo o Amazonas ultrapassaria a província paraense e, por cerca de duas décadas, o melhor Látex seria extraído na Bolívia, especialmente no território do Acre, mais tarde incorporado ao Brasil (HENNING, 2009, p. 347).

No Peru, a selva, como se dizia, passa a ser objeto de maior atenção com a relativa estabilidade política que coincidiu com o “boom” do Guano entre 1845 e 1880. As expedições como no Brasil tornaram-se mais frequentes e a extração do látex em regiões como Madre de

Dios e principalmente Loreto,² passava a ser um complemento às exportações do país. Tudo muda de feição após a derrota na guerra contra o Chile e consequente perda das zonas extratoras do guano, levando a uma vigorosa crise política e econômica. As elites de Lima e de Cuzco, após a relativa estabilização obtida a partir de 1895, percebiam a Amazônia como tábua de salvação e o látex, por um momento, teve peso importante nas exportações (JORDÁN, 2001, p. 312).

Neste período podemos observar uma diferença quanto à forma de exploração das seringueiras no que toca à mão de obra nelas utilizadas: no Peru e na Bolívia, que seria importante coletor até perder o estado do Acre em 1902, a mão de obra extratora era fundamentalmente a indígena. As condições de trabalho eram cruéis e os trabalhadores eram conseguidos a partir da preação de expedições “caucheras” e, no caso peruano, também com a colaboração de grupos indígenas, que trocavam estas “peças” por produtos de que necessitavam como roupas e machetes. Ashánicas contra Matsiguengas no Rio Ene em Junin, Shipibo e Cushivo contra casshibo em Loreto.

Quanto ao Brasil, os povos originários não foram pensados como mão de obra coletora a não ser nos primeiros tempos. Aqui, nordestinos acoitados pela seca, partiam principalmente do Ceará para o Amazonas, Pará e Acre a fim de coletar o látex. Houve povos indígenas que resistiram como os Azuni, que escaparam e só foram contatados novamente nos anos 1960 (HENNING, 2009, p. 358). O sistema de trabalho foi uma grande rede de aviamento. Os seringueiros endividavam-se com os patrões, vivendo um esquema de escravidão por dívida, que foi redinamizado na região a partir dos anos 1970 com a presença de grandes empresas que usam mão de obra semiescrava até nossos dias, (MARTINS, 2009, p. 47). Mas também o patrão devia para grandes comerciantes de Manaus e Belém, apesar do luxo que principalmente esta ostentava nos primeiros anos do século XX.

As duríssimas condições de trabalho no Peru levaram a denúncias na imprensa de Iquitos, capital de Loreto, e depois em publicações na Escócia e Inglaterra sobre um regime de trabalho no qual se queimavam trabalhadores pela menor falta e se estupravam sistematicamente as mulheres. Quando o barão seringalista Júlio Cesar Arana tornou inglesa sua firma extratora, atraiu a atenção para sua área e houve mesmo a visita do cônsul inglês Roger Casament, que detectou os abusos. Entretanto, como a zona do rio Putumayo região de Loreto onde se davam as violações estava em disputa entre Peru e Colômbia, foi

²O Peru está dividido em regiões, que por sua vez dividem-se em províncias.

relativamente fácil para o governo peruano desqualificar as denúncias como uma parceria entre colombianos e ingleses.

Uma paz relativa para os indígenas peruanos e, por que não dizê-lo, para os caboclos brasileiros viria de longe: os ingleses haviam conseguido numa operação, que hoje chamaríamos de biopirataria, extrair sementes da *evea brasiliense* ainda na década de 1870. Aclimatadas no jardim botânico de Londres e depois plantadas racionalmente em condições mais favoráveis na Malásia e no Sirilanka, a produção asiática adentrou vigorosamente o mercado internacional em 1912. A queda nos preços foi estrondosa e houve mesmo seringalistas que deixaram o negócio. Wiliam Assis observa que na região do Araguaia, atual sudeste do Pará, onde a extração caucheira só se estruturou no fim do século XIX os seringais foram substituídos pelos castanhais organizando-se os chamados castanhais do povo. A partir dos anos 1930 famílias, com recursos originários do comércio tornar-se-iam grandes possuidoras de terras a partir do arrendamento e nos anos 1950 do aforamento perpétuo (ASSIS, 2007, p. 45).

Entre o fim do primeiro ciclo da borracha e a eclosão da Segunda Guerra Mundial as Amazôniaas viveram signos distintos. Do lado peruano um relativo abandono por parte do poder de Estado, salvo alguns projetos de construção de estradas ficaram no planejamento. Neste período o cobre da serra de Pasco e o petróleo da costa piurana eram as principais fontes de riqueza do país. À tradicional presença católica somava-se na década de 1930 a missão evangélica e, no início dos anos 1950 o Instituto Linguístico de Verão, que teria importante presença entre os Aguaruna de Loreto e os Asháninka de Junin, fosse alfabetizando fosse buscando cristianizar estas populações (GREENE, 2009, p. 132; ROJAS, 2016, p. 235).

Enquanto isso no Brasil, após a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, a Amazônia volta à cena. A noção de que era preciso saneá-la para prevenir doenças e colonizá-la com elementos nacionais ganhou corpo. A Marcha para o Oeste anunciada por Vargas em 1937 era vista como um primeiro passo na direção de se chegar à Amazônia. Núcleos coloniais foram projetados em Seris (Goiás), mas também em Manacapuru no Amazonas. A noção de um imenso espaço vazio, onde o grande empresário do Sul encontraria lucros e também os pequenos cultivadores poderiam, enfim, ter a tranquilidade de um lote de terra que o governo Médici atualizou em 1970, já estava presente nos discursos varguistas e no esforço federal por controlar a região através da criação de órgãos como a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, que requeria, muitas vezes, de proprietários do Mato Grosso ou do Amazonas, documentos comprobatórios sobre a forma pela qual adquiriram suas glebas.

A presença federal na Amazônia se intensificaria com a criação dos territórios de Rondônia, Amapá e Roraima (RIBEIRO, 2008, p. 54). A Fundação Brasil-central, organização instituída para apoiar a criação de cidades no centro-oeste e na Amazônia cedeu extensas glebas a empresários paulistas, que se instalariam na região do rio Araguaia no Pará (ASSIS, 2007, p. 57).

O nacionalismo varguista ganharia um condimento a mais face à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Além de o Brasil aliar-se, após muita hesitação, às forças contrárias ao nazismo, o ataque Japonês a Pearl Harbor e a conquista de centros produtores do látex na Ásia, como Malásia e Indonésia, atraíram novamente o olhar ocidental para a *veva brasiliense*.

Milhares de nordestinos foram influenciados pela propaganda, que unia a possibilidade da riqueza ao patriotismo de lutar pela causa nacional contra o fascismo. A migração procedia principalmente do Ceará para o Amazonas e o Acre. O velho sistema de barracão foi atualizado, ainda que, desta vez o seringueiro em muitos casos, pudesse fugir ao destino de vender ao patrão, passando clandestinamente sua produção para o regatão, o que levou, no Acre, o governador a proibir o comércio dos regatões, chegando a solicitar que as prefeituras que já tivessem recebido os impostos, os devolvessem (COSTA, 2014, p. 45)³.

Quanto ao Peru repetiu-se o padrão da escravidão indígena, mas ao que tudo indica, a presença caucheira na Segunda Guerra Mundial deixou em Loreto bem menos vestígios que no Acre. No Brasil, o seringueiro que fugia da seca nordestina era o “soldado da borracha” na luta contra o fascismo. O Peru nunca mandou soldados para a Segunda Guerra. Aqui os soldados levariam mais de quarenta e cinco anos para terem reconhecido o direito à indenização (SCHWEICKARDT, 2010, p. 65).

Terminado o conflito planetário, a Amazônia se manteria como uma espécie de eldorado a conquistar nos imaginários de amplas parcelas das elites de outras regiões. A constituição de 1946 determinava que uma parte do orçamento fosse destinada à região e em 1953, criava-se a Superintendência de Valorização da Amazônia, que em 1966, seria transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) construía-se a Belém-Brasília atraindo milhares de pequenos posseiros para suas margens.

No Peru, ainda que os projetos de grandes estradas continuassem no papel, fazendeiros de Cuzco buscaram a região de La Convención, na chamada “seja de selva”,⁴ para iniciar os

³O regatão era um barco usado por comerciantes que distribuía produtos pelos diversos rios amazônicos.

⁴ Seja de selva são zonas do Peru, com altitude mais baixa entre os Andes e a Amazônia.

cultivos de café, cacau e chá. Não seriam os matsiguenga locais que plantariam nestas áreas. Os fazendeiros declaravam-nas baldias junto ao Estado e os originários fugiam para regiões mais seguras. “Quéchuas hablantes” de regiões como Cuzco e Arequipa trabalhariam como arrendatários, numa imensa rede de arrendamentos de terras em condições duríssimas, sofrendo os mesmos abusos que aqueles que tinham trabalhado nos seringais. Entretanto, desta região surgiria um dos mais importantes desafios à segurança das elites peruanas (BLANCO, 2017, p. 49).

Construída Brasília, as atenções continuariam progressivamente a voltar-se para a Amazônia brasileira, enquanto no Peru, pela primeira vez, indígenas amazônicos recebiam, durante o governo de Manuel Prado, (1956-1962) títulos de posse de terra, já que até então, suas terras eram consideradas públicas, posto que diferente de comunidades serranas e costeiras jamais tinham tido reconhecimento da coroa espanhola. Na serra, para os espanhóis, havia um império, derrotado, mas um império, já na selva, só se via, de seu ponto de vista, bárbaros. Esta noção permaneceria no Peru e, mesmo quando títulos de terras foram fornecidos na selva o eram de forma individual e não coletiva, pois o governo de Prado não reconhecia as comunidades selváticas (GREENE, 2009, p. 132).

Com a vitória da Revolução Cubana em 1959 e posterior confisco de bens estadunidenses na Ilha, o “temor ao comunismo” tomou conta de amplos setores das elites continentais. A partir da Conferência de Punta del Leste realizada em 1961, a ideia de uma reforma agrária passou a ser vista como vacina contra a Revolução. Os regimes militares instalados no Brasil e no Peru tomariam medidas bem diferentes no que tange à reforma agrária e, em alguma medida, também em relação à Amazônia.

2 AMAZÔNIA E SEGURANÇA: PERSPECTIVAS DOS REGIMES MILITARES (1962-1985)

No início dos anos 1960 enquanto os movimentos de luta pela terra pipocavam em todo Brasil, posseiros chegavam de diversos pontos do Nordeste para ocuparem áreas do Sul do Pará, Norte de Goiás e Sul do Maranhão. Otávio Ianni exagera ao chamar esta ação espontânea de reforma agrária do posseiro, mas efetivamente a terra estava sendo ocupada por pequenos cultivadores (IANNI, 1979, p. 47). Com o regime implantado a partir do golpe empresarial-militar de 1964, ocorreriam importantes transformações na região. O Estatuto da Terra seria decretado em novembro daquele mesmo ano e a desapropriação em áreas de tensão social seria anunciada como principal mecanismo para obtenção de áreas para a reforma agrária. Entretanto, havia outra parte do estatuto que seria dedicada à modernização

agrícola, tecnificação, eletrificação rural e colonização. Já em 1966 a recém-criada SUDAM passaria a desenvolver uma política de incentivos fiscais, ou seja, isenção de impostos e financiamentos a projetos agropecuários na região. Em terras, muitas vezes nunca cadastradas, os conflitos foram só uma questão de tempo (ASSIS, 2007, p. 57).

A Amazônia volta a ser percebida como vazia a explorar. Com a ascensão de Costa e Silva à presidência em 1967, a ideia de uma reforma agrária ia sendo postergada em favor da modernização de grandes propriedades (SILVA, 1971, p. 137). Em 1967 a Amazônia tinha levantamentos para prospecção de minérios e os projetos pecuários começavam a estruturar-se.

Já no Peru em, 1962, uma rebelião liderada por Hugo Blanco levaria o governo militar de curta duração (1962-1963) a legitimar a reforma feita pelos arrendatários, que literalmente expulsaram os fazendeiros de la Convención e preparar uma lei de reforma agrária aprovada no parlamento em 1964. Quando Fernando Belaúnde Terry assumiu o poder em 1963, idealizou a construção da “carretera marginal” uma grande rede de estradas que atravessaria a selva. Era a conquista do Peru pelos peruanos, como se dizia. Além disso aumentaram-se as concessões petroleiras na região.

Em 1965, as populações tradicionais enfrentariam um problema não previsto: os guerrilheiros do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) buscaram La convención e partes da região de Junín para iniciar o movimento de luta armada. Os Asháninka, décadas mais tarde face ao Sendero Luminoso, dividiram-se, mas a maior parte parece ter apoiado o Estado (ROJAS, 2016, p. 135). Para os militares peruanos foi relativamente fácil vencer a guerrilha, contudo, a ideia de que uma reforma agrária era importante como vacina contra a Revolução ganhou corações e mentes castrenses. Assim, se a reforma não estava no projeto original dos “coronéis de esquerda” que em 1968 empalmaram o poder, nove meses depois ela seria decretada. Nove milhões de hectares seriam expropriados durante sete anos. A Amazônia continuaria pensada para colonização, mas um fator em parte mudaria este cenário: o Projeto da construção da Transamazônica.

Após o endurecimento do regime militar brasileiro através do ato Institucional Nº V em 1968, a repressão se intensificou na cidade e no campo. Certo que em 1969 foi decretado o Ato Institucional Nº IX que facilitava a realização de uma reforma agrária. Entretanto, o ministro da fazenda Delfim Neto sublinhava a necessidade de tecnificação de grandes propriedades. A Amazônia continuaria pensada para grandes projetos de colonização mais voltados para a atuação de grandes empresas que começavam a chegar, como os pecuaristas, que viajavam para conhecer o Acre. No entanto, em 1970 em plena euforia da conquista do

mundial de futebol, flagelados da seca de Recife saqueavam mercados e pediam chuva a São José. O general Médici anunciaria a solução: era lançado o Programa de Integração Nacional visando à construção de diversas rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Perimetral-norte, esta ficou quase só nos planos.

Na Amazônia estaria a solução tanto para os nordestinos espremidos pela seca, como para os sulistas que tinham pouca terra (IANNI, 1979, p. 53). Milhares de nordestinos e depois gaúchos inscreveram-se nos projetos de Colonização do INCRA, deslocando-se principalmente para o Pará. Porém, ao mesmo tempo, enormes glebas eram concedidas para ou griladas por grandes empresas do centro-sul do país. Já em 1971, D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia em Mato Grosso anunciava o conflito da Igreja com o Latifúndio, face aos abusos cometidos por novos terratenentes contra posseiros. Em toda parte do Brasil ocorreram conflitos pela terra naqueles anos, mas na Amazônia as coisas ganhariam caráter mais dramático devido às distâncias e à crença dos potentados, não sem razão, em sua impunidade (MEDEIROS, 1989, p. 115).

No Peru, a criação da Transamazônica teve consequências importantes, de acordo com o ministro do interior peruano, em quinhentos dias a estrada estaria pronta e os brasileiros poderiam conquistar ou, pelo menos, ter presença vigorosa em regiões como Iquitos. Talvez não seja casual que pela primeira vez no Peru, as comunidades selváticas passassem a ter suas terras tituladas e os seus costumes reconhecidos, como ficou claro na lei de comunidades nativas promulgada em 1974 (RENDUELES, 1978, p. 17). Isso não significava mudança total de percepção face à Amazônia: colonos serranos eram incentivados a deslocar-se para a selva a fim de buscar terras, que não conseguiam, pois ainda que a reforma agrária fosse feita nas zonas serranas, as comunidades campesinas pouco se beneficiaram dela, já que se tentou fazer uma agregação entre antigas fazendas e comunidades num só projeto (MAYER, 2009, p. 137).

Enquanto isso, na região do Araguaia, os conflitos que ainda estavam latentes explodiriam a partir de 1972 face à detecção por militares do exército da presença de militantes do PCdoB que buscavam organizar ali um foco de guerrilha, que seria o ponto de partida para a Revolução Socialista no Brasil. Como mais tarde os combatentes do Sendero Luminoso, os maoístas brasileiros acreditavam ser possível cercar a cidade a partir do campo. Leonêncio Nossa, jornalista que estudou os acontecimentos, observa que enquanto muitos camponeses sofreram abusos dos militares, aqueles que de fato aderiam à guerrilha eram tratados nos documentos do PCdoB como massa, não como militantes engajados (NOSSA, 2012, p. 132).

Independente de ideologia, o morador do Araguaia era visto, pelos dois lados em luta, como peça no tabuleiro, que se jogaria bem distante da Amazônia. Derrotada a guerrilha, a exposição de motivos do Conselho de Segurança Nacional recomendava a legalização de áreas de grandes empresas, ainda que griladas, visto que seriam um ponto de segurança contra novas arremetidas guerrilheiras (MARTINS, 1984, p. 42).

Para os posseiros não só do Araguaia, mas de vários pontos da Amazônia as condições de vida se deterioravam com a crescente chegada de empresários de São Paulo e do Centro-sul. Grandes empresas como a Volkswagen tinham imensos tratos de terra no Pará, enquanto que no Acre os seringueiros estavam praticamente livres dos patrões, pois muitos abandonaram os seringais, mas a perspectiva do alongamento da BR364 até Rio Branco leva pecuaristas de São Paulo e do Sul a comprar estas áreas e buscar expulsá-los. Embora a forma de luta mais conhecida fossem os empates (barreiras humanas para proteger seringueiras ou castanheiras do motosserra), houve confrontos armados nos seringais acreanos e em áreas do Araguaia paraense (PAULA, 2006, p. 37).

Com a ascensão de Ernesto Geisel (1974-1979) os projetos de colonização com pequenos proprietários, objeto de muita propaganda no anterior governo de Emílio Médici, foram deixados em segundo plano em favor da colonização feita por empresas privadas. Rosane Seluchinesk analisa as experiências de colonização em Sinop, Colíder e Alta Floresta, norte de Mato Grosso, através das memórias dos colonos. Gente que vinha do Sul, muitas vezes do Paraná, para buscar uma vida melhor no que diziam ser o novo norte do Paraná. Se em Sinop as condições de colonização foram relativamente tranquilas, em Alta Floresta a notícia da descoberta do ouro trouxe forte aumento populacional e muita violência, enquanto em Colíder o colonizador era um grileiro que atuava por décadas no ofício (SELUCHINESK, 2008, p. 35-43).

De todo modo, os posseiros continuavam buscando seus espaços na Amazônia, e enfrentavam uma luta duríssima contra grileiros e policiais. Em 1975 era criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que rapidamente se estendeu por vários estados, mas seu foco principal estava na Amazônia e no Centro-Oeste. A CPT apoiava com padres, que organizavam comunidades eclesiais de base, e advogados para auxiliarem posseiros, ficando os padres na mira de grandes proprietários, sendo dois assassinados em Mato Grosso. O governo Geisel enquanto ensaiava os primeiros passos de uma lenta abertura política, anunciava o programa Polo Amazônia, que significava a construção de indústrias, mineração, especialmente o projeto Carajás da Companhia Vale do Rio Doce e novos projetos pecuários.

Enquanto o Brasil iniciava uma tímida abertura, no Peru o processo se acelerava. Em 1975 Velasco Alvarado era deposto por seu ministro da Economia General Francisco Morales Bermúdez. Aparentemente era a continuidade da Revolução, mas no ano seguinte anunciava-se o fim da reforma agrária e em 1977 se tentaria cobrar que os beneficiários pagassem pela terra, num momento em que não tinham crédito nem conseguiam vender seus produtos no mercado inchado. A “Confederación Campesina del Perú” e mais tarde a “Confederación Nacional Agraria” participaram das greves gerais, que pressionaram o governo a convocar uma assembleia constituinte para 1978 e eleições presidenciais para 1980. Quanto à Amazônia em 1978 a lei de comunidades nativas era substituída, declarando-se o subsolo patrimônio estatal, o que abriria caminho para futuras concessões petrolíferas e mineiras em terras comunais (RENDUELES, 1978, p. 21).

Um regime liberal se restabelecia no Peru face ao retorno do mesmo Belaúnde Terry, ejetado do poder em 1968, que se convertera de reformista em liberal, no Brasil o quinto general-presidente João Figueiredo assumia a presidência sob o fim do Ato Institucional Nº V e aprovando no Congresso a anistia aos presos políticos. No que tange ao campo, as movimentações cresciam por todo país: em 1979 a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) reconhecia em seu III Congresso a necessidade de ocupações de terras, além de solicitar que o tamanho das propriedades a serem expropriadas fosse medido em hectares e não em módulos fiscais (RIBEIRO, 2017, p. 14). Em Pernambuco organizavam-se, depois de onze anos, as primeiras greves, no Rio Grande do Sul começavam as ocupações de terra apoiadas pela CPT. Na Amazônia prosseguiam os empates no Acre, redundando no Assassinato de Wilson Pinheiro e, no Pará, as lutas de posseiros prosseguiam ocorrendo assassinatos de sindicalistas e a prisão de religiosos acusados de incitação à violência (ASSIS, 2007, p. 136; PAULA, 2006, p. 39).

A reação do governo foi nomear um general para o Ministério de Assuntos Fundiários, bem como criar grupos de trabalho para atuar em áreas mais críticas como o Araguaia, embora na prática, o que se faziam era normalmente dar ganho de causa aos proprietários, além de desapropriar terras em áreas de tensão, conforme previa o Estatuto da Terra. Em 1984 criava-se no Paraná o Movimento dos Sem-terra. O governo militar, que surgira tentando estancar a discussão sobre o tema agrário, fechava seu ciclo com o mesmo na ordem do dia. A agricultura de fato se modernizara, mas as tensões sociais não diminuía apesar do êxodo rural. As populações indígenas tradicionalmente excluídas de qualquer discussão também entravam em cena, reivindicando a posse histórica das terras que habitavam. O

governo civil, que teria José Sarney e não Tancredo Neves, morto antes de tomar posse, como presidente, teria no tema agrário um calcanhar de Aquiles.

3 NEOLIBERALISMO E NEOEXTRATIVISMO: COMPARANDO AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E PERUANA

A década de 1980 foi marcada por altíssima inflação nos países que estamos analisando. A inflação alta relacionava-se, em parte, aos grandes projetos desenvolvidos na década anterior (hidrelétricas, estradas, etc.), que exigiram muitos recursos externos. A Industrialização por substituição de importações efetivada desde os anos 1930 no Brasil e desde os anos 1970 no Peru começava a dar sinais de esgotamento nos anos 1980. Neste sentido, começavam a ser cada vez mais ouvidas vozes que defendiam a adoção de medidas como o corte de gastos públicos, a abertura para importações e o investimento em bens que o mercado internacional estivesse disposto a comprar. No caso brasileiro, seriam produtos agrícolas e minerais, no caso peruano, a ênfase inicial seria a produção mineira (COLETTI, 2005, p. 144; GARCIA, 2005, p. 235).

Neste sentido, no que diz respeito à Amazônia, enfatiza-se a necessidade de sua utilização como fonte de recursos naturais a ser avidamente explorados. No caso peruano, assim que Belaúnde Terry assume o governo, o parlamento aprova a lei de desenvolvimento agrário, que permitia amplíssimas concessões de terra para empresas estrangeiras, sob protesto de entidades como a “Confederación Nacional Agraria” que reivindicava que se estabelecessem projetos de colonização. A colonização se fazia espontaneamente com garimpeiros buscando ouro no rio Madre de Dios e colonos ocupando partes selváticas de Junín e San Martín, objetivando o plantio de coca (RIBEIRO, 2019, p. 173).

Além da crise econômica, o governo de Belaunde enfrentaria dois movimentos armados: o Sendero Luminoso e o Tupac Amarú. Estas organizações, ainda que originalmente não atuassem na “Amazonía”, deslocaram alguns militantes para a zona do alto Huallaga, região de Huánaco a fim de obter “impostos” sobre a produção de coca, já que na decadente economia peruana este produto ganhava importância para a produção de cocaína, que era exportada.⁵ Após alguns combates entre Sendero e Tupac Amarú os primeiros tomariam o controle (ROJAS, 2016, p. 235). O governo de Belaúnde terminava em 1985 com a eleição do jovem dirigente da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) Alán Garcia, sob signo de violência do Estado, do Sendero e do Tupac Amarú.

⁵ Vale salientar que na cultura andina a coca é utilizada para o fabrico de diversos produtos, como pães e biscoitos, além do tradicional chá.

No governo de García a crise econômica acutizava-se e, no que tange à Amazônia, apesar dos encontros do Presidente da República com presidentes de comunidades, as condições de vida continuavam muito precárias. Os colonos organizaram-se para reivindicar o apoio do Estado para a reparação de estradas e a comercialização de seus produtos, já que a política oficial de liberalizar as importações muito os prejudicava. Em 1989 na região de San Martín e em outras áreas selváticas foi realizado um bloqueio de estradas e rios, que terminaria com o massacre de 23 camponeses em Pucallpa região de Ucayali, quando a mobilização já estava encerrada. Qualquer reivindicação nas décadas de 1980 e 1990 poderia ser identificada como apoio aos movimentos armados.

Em relação a estes, após derrotar o Tupac Amarú, no esforço pelo controle do Alto Huallaga, os senderistas apoiaram os colonos contra os asháninkas selvas de Junín. Ao tomarem uma determinada comunidade, a primeira coisa que faziam era obrigar os indígenas a queimarem os títulos de propriedade comunal, recém-obtidos do Estado. Os senderistas tinham, contudo, uma postura fundamentalista impondo o controle sobre as populações asháninka, que conseguiam arrancar as comunidades no recrutamento forçado. Os colonos que inicialmente os apoiaram, romperam com os maoístas e formaram rondas campesinas ajudando os militares a partir de 1992, contribuindo, desta forma, para a derrota senderista, como os camponeses das serras ayacuchanas já haviam feito na década de 1980.

Prevalencia aqui também, desde um ponto de vista que se declarava de esquerda, a noção de que a selva era simplesmente um lugar para se recolher lucros. Colonos que desceram para cultivar a coca ou povos tradicionais eram vistos por Abmael Gusmán, líder senderista, como braços em sua luta contra o Estado (ROJAS, 2016, p. 237).

O desgaste do governo Alán Garcia somado à divisão das forças de esquerda, à hiperinflação e à guerra civil, que as forças armadas pareciam não poder dar conta, contribuíram para a ascensão de duas candidaturas neoliberais em 1990: Mario Vargas Llosa e Alberto Fujimori. O segundo saiu vencedor prometendo um ajuste menos drástico. Entretanto, impôs cortes de gastos, restrição de créditos para os camponeses e demissão de funcionários, como Fernando Collor no Brasil e Carlos Menem na Argentina (GARCIA, 2005, p. 325). No entanto, no que diz respeito à Amazônia, sua ação teria um sentido ambíguo: facilitava a abertura para investimentos estrangeiros mas, ao mesmo tempo, surfando na onda da conferência ecológica mundial de 1992, seu governo titulou amplas faixas de terras para comunidades indígenas, assim como Fernando Collor faria com Yanomami em Roraima.

As populações originárias começavam a ser vistas como guardiãs da selva, ainda que isso não significasse estarem livres de sobre suas terras serem feitas concessões para grandes

investimentos de mineradoras, madeireiras e especialmente petroleiras (GREENE, 2009, p. 245).

Vencido o Sendero Luminoso e debelada a altíssima inflação, o governo Fujimori foi perdendo sua legitimidade: os fantasmas que o sustentaram desapareceram e multiplicaram-se as denúncias de corrupção e violações contra opositores, sempre acusados de terrorismo. O presidente acabaria renunciando e se exilando no Japão, para voltar em 2009 e ser preso (COTLER-GROMPONE, 2000, p. 235).

Enquanto Alán Garcia levava os apristas pela primeira vez ao poder no Peru, no Brasil Sarney assumia e José Gomes da Silva, um colaborador na feitura do Estatuto da Terra, chegava à presidência do INCRA. Em maio de 1985 aprovava-se no IV Congresso da Contag a proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária: desapropriação de terras como principal meio para obtê-las com fins de reforma, revisão dos incentivos fiscais na Amazônia e reversão das terras beneficiadas por eles, caso não utilizadas, para aproveitamento pelo Estado na reforma agrária, e desativação das milícias privadas, via intervenção militar.

No Congresso, os contagueanos conseguiram aprovar as propostas, mas as reações seriam vigorosas: à “esquerda” o MST promovia ocupações em vários estados; embora sua origem estivesse no Sul do país, se espraiava por várias regiões, com militantes deslocando-se de um estado para outro, visando organizá-lo. No Pará e em Rondônia, embora não houvesse uma estrutura do MST, oposições sindicais ocupavam terras, ou lutavam, às vezes, de armas na mão, contra grileiros (FERNANDES, 2000, p. 136). À direita a reação ocorreria dentro e fora do aparelho burocrático: José Gomes conta como se gestavam, no interior da burocracia, incontáveis planos que pudessem ser substitutos da proposta de reforma agrária. Quando ela se transformou em plano, não se falava mais em desapropriação, mas em negociação com o proprietário e não se pensava em revisão dos incentivos fiscais na Amazônia, para expropriar terras não cultivadas, além de defender-se a criação de novos projetos de colonização, quando a proposta original os vedava (SILVA, 1987, p. 136).

Fora do aparelho burocrático era criada a União Democrática Ruralista (UDR), que fazia a defesa fundamentalista do direito de propriedade. Ficaria célebre o lema: “Para cada área invadida, um padre morto” (MEDEIROS, 1989, p. 146). De fato, muitos religiosos advogados e sindicalistas seriam abatidos neste momento. No Acre, prosseguiam os empates dos seringueiros, que realizaram em 1985 seu primeiro congresso em Brasília, pedindo a sua reforma agrária, ou seja, que as áreas onde já estavam suas colocações fossem-lhes tituladas

coletivamente como as terras indígenas e não em pequenos lotes individuais, como previsto no Estatuto da Terra (PAULA, 2006, p. 57).

Bloqueado o plano de reforma enquanto o MST expandia sua atuação, a Contag apostava suas fichas na Assembleia Constituinte (1987-1988), mas a reforma agrária seria bloqueada com o fim da possibilidade de estabelecer-se uma área máxima para uma propriedade rural, além da fixação do conceito de propriedade produtiva, o que tornava difícil qualquer desapropriação, conceito já previsto no decreto-lei 2363-1987 que determinava a impossibilidade de expropriação de terras produtivas, o direito do proprietário de escolher 25 por cento da área expropriada se o imóvel tivesse até 10 mil hectares e a impossibilidade de expropriação de terras de até 1500 hectares na Amazônia.

Além da reação dos setores tradicionais vinculados à sociedade Rural Brasileira e outras entidades patronais, havia a rejeição à proposta de empresários, especialmente de São Paulo, congregados na “Associação dos Empresários da Amazônia”, que tinham conseguido imensos lotes quase de graça na região, a partir dos incentivos fiscais, concedidos durante o regime empresarial-militar.

Nas eleições de 1989, Fernando Collor derrotou Lula, causando uma espécie de anticlímax nos movimentos sociais. As ocupações de terra caíram de 80 em 1989 para 42 em 1990, intensificando-se a repressão das polícias federal e estaduais. Pode-se dizer que neste momento o movimento, que manteria sua projeção nacional – e mesmo internacional – seria o dos seringueiros do Acre, Amazonas e Rondônia, após o assassinato de Chico Mendes. Sua morte atraiu a atenção planetária para o Acre, os executores foram presos e, mais importante, a proposta de titulação comunitária das terras dos seringueiros avançaria em várias regiões, materializada nas Reservas Extrativas (Resex) (SCHWEICKARDT, 2010, p. 114).

Após o impeachment de Fernando Collor, o governo de Itamar Franco aceita um maior diálogo com o MST e a nova lei agrária (nº 8629) facilitaria as expropriações, embora prevalecesse a noção de propriedade produtiva. Com a implementação do Plano Real, o neoliberalismo já ensaiado no governo Collor ganharia maior consistência; no que diz respeito ao tema agrário, as altas taxas de juros garantiam os investimentos com os quais o país importaria alimentos, e o câmbio sobrevalorizado, dificultava as exportações agrícolas. Para os proprietários, baixa dos preços da terra, para os pequenos cultivadores falência e para os trabalhadores rurais, desemprego. Os dois últimos setores seriam a base de massa das centenas de ocupações promovidas pelo MST e mesmo por sindicatos vinculados à Contag durante os anos 1990 (COLETTI, 2005, p. 265).

A morte de dois policiais durante uma desocupação, que resultou em nove mortes de camponeses em Corumbiara, Rondônia, ainda poderia ser caracterizada como confronto, mas isso não foi possível em Eldorado dos Carajás. O governo adota políticas de regularização de terras já ocupadas, especialmente na Amazônia, além de promover a chamada reforma agrária de mercado, na qual associações formadas por candidatos a camponeses comprariam as terras dos proprietários com empréstimos do Banco do Nordeste. Esta intervenção estatal não foi criticada pelos defensores do mercado livre.

No que concerne à Amazônia, as ocupações intensificaram-se além de acampamentos para reivindicar melhores condições de trabalho para os que já cultivavam a terra. O governo FHC, terminava em 2002 com um saldo oficial de 635 mil famílias assentadas, a maior parte na Amazônia, embora os estudos de William Assis indiquem que houve muito mais regularização do que novos assentamentos (ASSIS, 2007, p. 248).

Embora o governo Lula tenha-se iniciado sob um signo de muita esperança quanto à possibilidade de realizar-se uma reforma agrária, o que ocorreu foi uma redução dos assentamentos durante seu governo e uma quase paralisia no governo Dilma. No que toca a Amazônia, retomavam-se antigos projetos como a hidrelétrica de Cararaô, rebatizada de Belo Monte, que seria a última inauguração de Dilma. Representava a expulsão de centenas de camponeses e membros de comunidades tradicionais de seus lares. Ao mesmo tempo, o crescimento chinês revalorizou a pauta de exportações do agronegócio, que foi vigorosamente beneficiado nos anos do PT no poder, sendo em 2009, promulgada uma lei, que facilitava a regularização de áreas griladas, especialmente na Amazônia.

Quanto ao Peru, após a relativa paralisia do governo Alejandro Toledo, o retornado Alán García publicou em 2007, dois polêmicos artigos, no jornal *El Comercio* acusando os camponeses de serem “perros del hortelano”, já que não comiam, nem deixavam comer. Passando das palavras aos atos, publicou uma série de decretos que fragilizavam a propriedade comunal das terras na selva, seguindo o que Fujimore fizera em áreas serranas através um decreto de 1995 (RUBIO, 2011, p. 45). A reação foi vigorosa com bloqueios de rodovias em 2008 e as ocupações de Bagua, que culminaram no massacre de 2009, supracitado.

Além da citada revogação de dois dos decretos publicados, apesar da manutenção de outros, o governo, após ampla mobilização em Puno, suspendeu o projeto da construção da hidrelétrica de Inambari. Esta hidrelétrica era parte de um projeto brasileiro que faria da serra e selva peruanas complementares à economia verde-amarela. A maior parte da energia ali produzida seria transferida para o Brasil, complementando a produção das hidrelétricas

rondonienses de Santo Antônio e Jirau. Em 2012, o parlamento aprovou a lei de consulta prévia, que obriga o Estado a, pelo menos, consultar as comunidades caso haja projetos que as afetem. Diferente do caso brasileiro, a resistência na Amazônia, obtinha alguns resultados.

4 CONCLUSÃO

Em 23 de janeiro de 2020 o presidente Jair Bolsonaro afirmava em um pronunciamento feito em uma “live” no *facebook*: "Com toda a certeza, o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós. Então, fazer com que o índio cada vez mais se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena. É isso que nós queremos aqui".⁶

A fala do atual presidente da República ecoa efetivamente o pensamento que muitos setores nas duas sociedades têm, não só em relação a populações indígenas, mas também no que toca a áreas, vistas como habitadas por elas. Embora as elites locais como em Cuzco e no Pará tenham-se beneficiado, por exemplo ampliando as áreas sob seu controle no Brasil dos anos 1970, o pensamento a respeito desta região mantém a ideia do “vazio demográfico”, desconsiderando a maioria da população que ali vive. A noção de um “progresso” a qualquer preço continua em vigor nas duas sociedades por nós analisadas, sem considerar-se as condições de vida das populações locais.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Eduardo René. **El rol de los militares en la colonización de la Amazonia**. (Chanchamayo, Medios Del Siglo Xix). Lima, Pontificia Universidad Católica del Peru, Tesis de Magister, 2017.

ASSIS, William Santos de. **A construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRRJ, 2007.

BLANCO, Hugo. **Nosotros Los índios**. Lima, CBC, 2017.

COLETTI, Claudney. **A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas Campinas, Unicamp, 2005.

COSTA, Francisco Pereira - **Para A Chuva Não Beber O Leite. Soldados Da Borracha: Imigração, Trabalho E Justiça Na Amazônia, 1940-1945**. Tese (Doutorado em História

⁶Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano>. Acesso em: 23 de jan. 2020.

Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

COTLER, Julio. **Gromponi Romeo. El Fujimorismo: Ascenso y Caida de um Régimen Autoritario.** Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Lima, IEP, 2000.

DE CARLI, Caetano. **Sonhos De Abril. A Luta Pela Terra E A Reforma Agrária No Brasil E Em Portugal** - os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. 2014. Tese (Doutorado em Pós -colonialismos e Cidadania Global), Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e Territorialização do MST no Brasil.** São Paulo, Hucitec, 2000.

GARCIA, HanryPease. **História Contemporânea del Peru.** México, FCE, 2005.

GREENE, Shane. **Caminos y Carreteras: Acostumbrando a la indigenidad em la selva Peruana.** Lima, Iep, 2009.

HENNING, John. **Fronteira Amazônica: Derrota dos Índios Brasileiros.** São Paulo: USP, 2009.

IANNI, Otavio. **Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis, Vozes, 1979.

JORDÁN, Pilar García. **Cruz Y Arado, Fusiles Y Discursos Laconstrucción de los Orientes en el Perú y Bolivia, 1820-1940.** Lima, Instituto Frances de Estudios Andinos, Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira.** São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MAYER, Enrique. **Cuentos Féos de la Reforma Agraria.** Lima: IEP, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PAULA, Helder Andrade de. **A Trajetória da Luta Camponesa na Amazônia Acreana.** Rio Branco: UFAC, 2006.

RENDUELES, Manuel García. Nueva Ley de Comunidades Nativas. *In: Revista Shupihuí. Iquitos, Seminario de Estudios Teológicos de Amazonia Peruana*, Octubre-diciembre del 1978, Año 5, n. 23, p. 15-29.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Cuestiones Agrarias en el varguismo y el Peronismo.**

Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, 2008.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Terra e Humanidade: Hugo Blanco - Da Luta Pela Reforma Agrária À Defesa Da Espécie Humana. **Revista Convergência Crítica**, v.2, n.9, p. 30 - 50, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rcc.v2i9.2360>. Acesso em: jan.2020.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Gritos del Agro. Movimiento Sindical Campesino en Brasil. Desde el ascenso de la Dictadura Militar a la consolidación del Neoliberalismo (1964-2010). **Estudios Rurales**. v.6, p.1 - 24, 2017.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Na Selva reina a Lei da Selva: um olhar brasileiro sobre a Amazônia peruana (1821-2009). *In: Fronteiras e Territorialidades: Miradas Sul-americanas da Amazônia a Patagônia*. São Paulo, Intermeios, 2019, v.1, p. 167-186.

ROJAS, Enrique Carlos. **Cuando los guerreros hablan Los indigenas campesinos ashaninka y nomatsiguenga y la guerra contra Sendero Luminoso y el Movimiento Revolucionario Tupac Amaru en la selva central peruana**. Lima: Horizonte, 2016.

RUBIO, Marlene Canales. **Em Defesa Propria**. Lima, AIDSESEP, 2010.

SCHWEICKARDT, Cátia Helena Serafina Cruz. **As diferentes faces do estado na Amazônia**: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/ Antropologia Cultural), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De Heróis A Vilões: Imagem E Auto-Imagem Dos Colonos Da Amazônia Mato-Grossense**. Brasília: UNB, 2008.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil**: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por Terra**: A Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Buscavida, 1987.